



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

**UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: POLO PETROQUÍMICO, COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL (COFIP) E COMUNIDADE SONIA MARIA/MAUÁ-SÃO PAULO**

**ANDREIA AGDA SILVA HONORATO <sup>1</sup>**

**MARTA CIRERA <sup>2</sup>**

**ADRIANA BRITO SILVA <sup>3</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo apresenta experiência de extensão universitária junto a uma comunidade da cidade de Mauá/SP, que se conformou num diagnóstico da situação de risco vivenciada por moradores do entorno do Polo Petroquímico. Protagonizada por docentes e discentes de Serviço Social, articulou-se ensino, pesquisa e extensão e resultou em relatório que subsidiou ações junto às políticas públicas municipais.

**Palavras-chave:** Trabalho; Saúde; Ensino; Pesquisa; Extensão Universitária.

## **ABSTRACT**

This article presents the experience of university extension in a community in the city of Mauá/SP, which conformed to a diagnosis of the risk situation experienced by residents of the surroundings of the Petrochemical Complex. Led by professors and students of Social Work, teaching, research and extension were articulated and resulted in a report that subsidized actions with municipal public policies.

**Keywords:** Work; Health; Teaching; Research; University Extension.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná

<sup>2</sup> Prefeitura de Diadema

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

*“Quem não se movimenta, não sente  
as correntes que o prendem”  
(Rosa Luxemburgo).*

## 1. INTRODUÇÃO

O acesso à cidade relaciona-se ao direito às políticas sociais de saúde, educação, meio ambiente, transportes, emprego, saneamento ambiental, cultura, esporte e lazer, enfim aos direitos sociais básicos de cidadãos e cidadãs.

O censo de 2022 retrata esse cenário de negação do direito à cidade da seguinte forma: o déficit habitacional soma 5,8 milhões de moradias e 8% das habitações, no país, apresentam algum tipo de precariedade seja pela qualidade ambiental, como a ausência de água potável e esgotamento sanitário, ou ainda pelas insuficientes condições de habitabilidade.

Aliado a esses impactos aos territórios, o meio ambiente vem sofrendo constantes ataques, o modo de produção capitalista, fundamentado na propriedade privada, na divisão do trabalho, na exploração e opressões de classe, raça e gênero, da pós-revolução Industrial até a atualidade vem alimentando inúmeras formas de alienações que não se esgotam no mundo do trabalho, mas invadem todas as esferas da vida social em sua totalidade, inclusive, condicionando a produção de espaços cada vez mais periféricos, de infraestruturas desiguais.

Novos produtos químicos, novos processos de produção de ferro, o uso crescente da energia a vapor e o desenvolvimento das máquinas-ferramentas, além da substituição da madeira e de outros biocombustíveis pelo carvão possibilitam a produção e o acúmulo de mais valia nunca visto na história da humanidade. Este acúmulo só foi possível mediante a exploração de uma classe sobre a outra e na exploração dos recursos naturais feita de forma inconsequente.

Assim, vivenciamos espaços eminentemente desiguais, um “rico” campo de análise e intervenção do Serviço Social. Estudar o território, suas demandas e diversidades compõe objeto de formação do estudante da área de Serviço Social, a/o futura/o assistente social.

Compreende-se que pensar em formação, além de objetivar o ensino e a pesquisa, significa concretamente refletir sobre a atividade de extensão universitária, assim, a construção do projeto de extensão ocorreu numa ação participada por professoras/es e estudantes do curso de Serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social, pelo COFIP e por agentes da comunidade do Jardim Sônia Maria, setor da cidade inserido em território do Polo Petroquímico. Propõe-se ainda a extensão do diagnóstico no bairro Zaíra.

A ação teve como objetivo inicial estudar a importância da inserção do Serviço Social no campo socioambiental e a compreensão da influência que a produção do Polo Petroquímico de Mauá exerce no ambiente e na vida da população moradora do Jardim Sônia Maria, município de Mauá, situada no ABC Paulista, região metropolitana de São Paulo, entendida como área de risco socioambiental, causada pela poluição local. Assim o estudo referencial passou pela pesquisa sobre legislações e agendas pertinentes ao meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 225, prevê o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, contamos também com a da Agenda 21<sup>1</sup> que como pacto mundial é um instrumento de planejamento de política públicas que “supõe” o envolvimento da sociedade civil e os governos em um processo amplo e participativo de consultas sobre problemas ambientais, sociais e econômicos locais.

Partindo do entendimento que os moradores locais são parte da classe trabalhadora “alijada” do processo de definição do uso do território utilizamos como método para a condução da análise e ação o materialismo histórico-dialético<sup>2</sup>, sendo uma latente e sintomática expressão da questão social<sup>3</sup> a negação do direito ao meio ambiente saudável para moradia às populações vulneráveis e pauperizadas financeiramente.

Assim, o projeto de extensão denominado Polo Petroquímico Sonia Maria agregou esforços na condução de uma ação que envolveu a construção participada de um instrumental de entrevista, aplicação da entrevista ao universo de moradores do Jardim Sonia Maria, análise dos resultados pelo conjunto de 30 estudantes envolvidos e professores extensionistas. A ação resultou na

---

<sup>1</sup> Agenda 21- documento aprovado na ECO 92, que reflete um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); constituído a partir das Diretrizes da Agenda 21 Global e entregue a sociedade em 2002. Documento foi assinado por 170 países, inclusive o Brasil, anfitrião da conferência.

<sup>2</sup> Materialismo histórico-dialético- Marx e seu mais constante parceiro intelectual Friedrich Engels (1820-1895), desenvolveram o Método Materialista Histórico-dialético como o caminho epistemológico para fundamentar a interpretação da realidade histórica e social que buscavam compreender: o modo capitalista de produção.

<sup>3</sup> Expressão da questão social- entende-se o conjunto das refrações produzidas pelo modo de produção capitalista, que para se produzir e reproduzir destituiu uma parcela majoritária da população do acesso à riqueza social, o que, na formação social brasileira, tem alcançado o limite da iniquidade. (IAMAMOTO, 2008).

devolutiva coletiva dos dados e na definição conjunta com a comunidade sobre passos a serem articulados junto às políticas públicas diretamente envolvidas: Saúde e Meio Ambiente.

## **2. O lugar da extensão universitária na formação: desafios e mediações necessárias**

A extensão universitária compõe a função social do ensino superior brasileiro na intrínseca relação entre ensino, pesquisa e extensão, portanto, seu lugar, apesar de importante, se coloca como um campo de desafios imbricados na perspectiva de uma formação profissional qualificada quando pensada enquanto constitutiva de saberes articulados nesta direção.

Apesar da extensão universitária ser demarcada na história do Brasil como parte constitutiva do processo de formação profissional desde o século XIX com as primeiras IES, seu caráter era elitista e suas ações se limitavam a atividades culturais e assistenciais. Somente no ano de 1968, com o advento da Lei 5.540, conhecida como Movimento da Lei da Reforma Universitária, modificações de concepção foram sendo incorporadas, ainda que de modo embrionária, reconstituindo-se com novos princípios e valores.

A partir da década de 1970, período ainda marcado pela ditadura no país, a extensão universitária se consolidou como uma importante estratégia para a promoção do diálogo entre a universidade e a sociedade, assim, apesar do denso processo político ditatorial terrorismo em curso, as universidades começaram a desenvolver projetos de extensão voltados para ações cujas compreensões na época eram: resolução de problemas sociais, desenvolvimento de comunidades e melhoria da qualidade de vida da população.

Considerando cinco décadas que separam aquele período do contexto atual, o cenário vigente retrata que, a extensão universitária remete-se a cumprir essa função de aproximação entre a academia e a sociedade, devolvendo a ela, de alguma forma, os investimentos designados no país para que as ações de construção do conhecimento, a ciência, sejam publicizadas, congregando informação/ação, entretanto, emanam dilemas que dificultam sua concretude nos moldes como é concebida.

Trata-se de um mandamento constitucional cuja prerrogativa é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, portanto, em 1996, sob o número 9.394, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional – LDB, que estabelece a extensão universitária como uma das finalidades da universidade. Uma questão importante a explicar é que as IES privadas também devem atender aos pressupostos da extensão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O desenvolvimento das ações que combinam a chamada tríade no âmbito das IES, indicam que as de natureza privada aditam dilemas mais complexos do que o universo das universidades públicas, uma vez que tais instituições se movem pela obtenção de lucros e a minimização de investimentos necessários para a qualificação e o aprimoramento da formação profissional, ou seja, o desenvolvimento de projetos de extensão quando realizados são feitos por práticas voluntárias, pois as IES privadas, em maioria significativa, não disponibilizam recursos para o financiamento e, retratando as IES públicas, normalmente designam recursos nem sempre suficientes.

Qual seria o sentido do desenvolvimento de ações realizadas pela iniciativa privada junto à sociedade? O retorno do montante de dinheiro público recebido pelo FIES, justifica a possibilidade do compromisso social ser assumido, pois, cabe lembrar que, no ano de 2003, quando o presidente Luíz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), assumiu a presidência, o Brasil contava com 3,94 milhões de estudantes no ensino superior, em 2009 este contingente subiu para 6 milhões, sendo que, 75%, dessas matrículas eram das instituições privadas, setor importante na parceria das políticas de inclusão encampadas pelo governo federal<sup>4</sup>.

No entanto, a inclusão teve seus limites aos ensejos empresariais, como é o caso do próprio grupo União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas – UNIESP (mantenedor da FAMA), acusado de esquemas de desvio de dinheiro, aliado a outros fatores que também corroboram, tais como, a realidade do perfil discente, alunos/as trabalhadores/as, ausência de tempo para maior dedicação aos estudos, bem como, a vivência da universidade em todas as suas possibilidades.

A realidade das IES na atual quadra histórica, década de 2020, retrata um cenário pactuado com a lógica neoliberal, isto é, privatista, onde a oferta da educação no âmbito privado sobressai em detrimento da oferta pública, o que significa não somente ônus aos trabalhadores/as que buscam participar deste direito público, mas também, nas ofertas de investimentos, logo, possíveis resultados mais qualificados para a formação, pois remete-se não apenas ao resultado fim, mas meio, ou seja, as possibilidades vivenciadas por acadêmicos ao longo da travessia.

No universo do ensino superior no Brasil, das 2.595 IES existentes, 2283 correspondem ao setor privado, isto é, 87,4%, e, deste, 79,8% são faculdades (INEP, 2022). Quando o projeto de

---

4

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2010/12/24/durante-governo-lula-expansao-do-acesso-ao-ensino-superior-se-deu-c-om-apoio-das-particulares.htm>

extensão em tela se realizava através da Faculdade de Mauá – FAMA, o universo das IES privadas no país era de 2.107 contra 261 públicas, ela portanto, enquanto parte deste rol, tinha como central o ensino, logo, desassociado da pesquisa e da extensão, sucumbindo a indissociabilidade.

Tal cenário dá forma para os desafios engendrados no âmbito da graduação privada, onde a pesquisa e a extensão somente se realizam através de esforços das/os docentes que, dentre o nicho da ausência de recursos para as ações, inclui o pagamento para que realizassem a extensão universitária, portanto, encampavam projetos, além de organizar, coordenar e executar sem a devida remuneração, investindo tempo e saberes para que estudantes vivenciassem plenamente as possibilidades da vida acadêmica, mantendo contato com a comunidade, socializando e trocando saberes na perspectiva de devolver para a sociedade o que se apreende de conhecimento no interior da academia.

A extensão universitária concebida como um dos pilares da educação superior brasileira, deve possibilitar que a universidade se torne um espaço de referência e apoio para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida da população, existindo de portas abertas e se realizando para além dos muros institucionais.

Divergente de seus pressupostos e perspectivas, a extensão universitária nem sempre ocupa seu lugar, cumpre sua função, quando se trata de materialidade, sobretudo, no âmbito das IES, cuja natureza remete-se ao universo privado. O Estado de São Paulo, espelha dados da realidade brasileira, pois, a prevalência se dá pela natureza privada, contexto em que a FAMA se constitui, portanto ambas, a pesquisa e a extensão são desafios quando pensadas e colocadas pelo viés da articulação da tríade que se expressa.

Concernente a extensão universitária, sua configuração se destaca como importante instrumento que, ao aproximar a academia da sociedade, galga caminhos para promover o desenvolvimento regional e social, cumprindo assim, seus objetivos precípuos: a democratização do conhecimento e a perspectiva da transformação social.

Nessa direção, ao ressaltar que a extensão é uma exigência intrínseca do ensino superior, mediada pelo compromisso da construção do conhecimento e do alcance dos objetivos da educação com a sociedade, afirma-se também que são “processos que só se legitimam, adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo” (Severino, 2007, p.31).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A extensão como mediação sistematizada de retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade exige da comunidade acadêmica universitária imaginação e competências com vistas à elaboração de projetos como canais efetivos para este retorno. Chega a ser um escárnio e, no fundo, uma tremenda injustiça, a omissão da instituição universitária em dar um mínimo que seja de retorno social ao investimento que a sociedade faz nela (SEVERINO, 2007, p. 35).

As reflexões que envolvem a extensão universitária, indicam a necessidade de conhecer e compreender os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, no ano de 2015, como parte da Agenda 2030<sup>5</sup> para o Desenvolvimento Sustentável, conjuga um conjunto de 17 metas, criadas para abordar uma série de desafios globais, incluindo pobreza, fome, igualdade de gênero, saúde, educação, água potável, saneamento, energia limpa, justiça social, entre outros que corroboram com a construção e implementação de políticas públicas e visam guiar a humanidade até a década de 2030, cuja avaliação se realiza em quatro pilares fundantes: econômico, social, ambiental e institucional.

Concernente aos ODS, a ONU propugna a eliminação da pobreza extrema e a fome, oferecendo educação de qualidade e protegendo o planeta, de modo a incutir com a promoção de uma sociedade inclusiva e, portanto, mais pacífica entre nações e povos.

Neste sentido, o principal objetivo do desenvolvimento sustentável está na promoção do consumo consciente que tende a reverberar na conservação da biodiversidade, na redução do desperdício e na minimização da poluição.

Buscando identificar os desafios que conflituam com os resultados esperados, é tácito os ardis do capitalismo, onde o consumo exacerbado e inconsciente é constitutivo de um projeto sociopolítico e econômico, que visa unicamente o lucro para uma pequena parcela privilegiada da sociedade em detrimento de qualquer proteção, promoção ou igualdade para com a outra classe, a que vive do trabalho, tornando-se preponderante apresentar os objetivos de desenvolvimento sustentável a fim de corroborar com sua urgência.

Os 17 ODS, considerados ambiciosos e interconectados são: i) erradicação da pobreza; ii) fome zero e agricultura sustentável; iii) saúde e bem-estar; iv) educação de qualidade; v) igualdade de gênero; vi) água potável e saneamento; vii) energia acessível e limpa; viii) trabalho decente e crescimento econômico; ix) indústria, inovação e infraestrutura; x) redução das

---

<sup>5</sup> Agenda 2030. Trata-se de um guia para a comunidade internacional e um plano de ação global constituída por metas e objetivos a serem realizados até o ano de 2030. Em assembleia geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, em setembro de 2015, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

desigualdades; xi) cidades e comunidades sustentáveis; xii) consumo e produção responsáveis; xiii) ação contra a mudança global do clima; xiv) vida na água; xv) vida terrestre; xvi) paz, justiça e instituições eficazes e; xvii) parcerias e meios de implementação.

São diversas as estratégias empreendidas para o alcance dos objetivos, dentre elas, o investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que, no período entre 2015 e 2021, destinou 84% de seus recursos para todos os ODS, cumprindo assim, sua missão articuladora em subsidiar os avanços de novas soluções pelo desenvolvimento sustentável (BNDES, 2022<sup>6</sup>).

No campo da estratégia de ação, dentre outras, contam com a expertise das instituições de ensino superior, através de projetos extensionistas, meio pelo qual a ciência deve estar à serviço do desenvolvimento social. Assim, como mecanismo para contar efetiva e sistematicamente com a comunidade acadêmica, criou-se a resolução CNE/CES no 7, de 18 de dezembro de 2018<sup>7</sup> que estabelece as Diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, isto é, a extensão passa a ser incorporada nos currículos pedagógicos, constituindo percentual de horas acadêmicas das disciplinas teóricas de forma obrigatória.

Para o Serviço Social, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, de natureza eminentemente investigativa e interventiva, ações extensionistas convergem com sua práxis profissional e formativa, concatenando a relação também indissociável da teoria-prática, contribuindo com a aproximação e apreensão do movimento da realidade, terreno em que emergem as contradições oriundas do modo de produção capitalista e que se evidencia de forma latente o mote da profissão, ou seja, a questão social e suas múltiplas e facetadas expressões.

Os projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Serviço Social abrangem uma diversidade de temáticas e objetivos. Podem envolver ações de assessoria técnica, atendimento à população, formação continuada de profissionais, diagnósticos participativos, entre outras atividades. Os projetos podem ser realizados em parceria com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outras instituições (HONORATO; SANTOS, 2024, p.6).

No universo em que o projeto denominado Polo Petroquímico: diagnóstico de Riscos do território Sonia Maria, aconteceu, sendo ele organizado e coordenado pelo curso de Serviço

<sup>6</sup> CF. BNDES. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel>

<sup>7</sup> Cf. <http://portal.mec.gov.br>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social da Faculdade de Mauá – FAMA, ficou marcado como a maior possibilidade extensionista experienciada naquele contexto de uma instituição que não fomentava quaisquer investimentos para extensão e pesquisa.

Apesar dos benefícios e relevância da extensão universitária no Serviço Social, ainda existem desafios a serem enfrentados. A falta de recursos financeiros e de apoio institucional, a burocracia, as condições de vida objetivas de estudantes trabalhadoras/es e a precariedade das condições de trabalho podem dificultar a implementação e continuidade dos projetos de extensão (HONORATO; SANTOS, 2024, p.6).

Dentre todos os aprendizados, foi nodal a apreensão de estratégias, de planejamento, de articulação e de gestão, demonstrando as/aos discentes as diversas frentes e mediações que competem às/aos profissionais de Serviço Social, endossando suas competências e atribuições que não se limitam ao trabalho operativo em si, mas também se realiza no âmbito das projeções e da gestão dos trabalhos.

O projeto em tela, abarcou pesquisa e extensão, envolveu formação aos discentes, iniciação à pesquisa, construção de instrumentais operativos, visitas técnicas, levantamento de equipamentos disponíveis no território, diálogo com lideranças, reuniões com a comunidade, visitas domiciliares e aplicação de pesquisa, cujas questões foram construídas pela própria equipe. O caráter educativo empreendido nas ações, incutiram na população, temários importantes para a compreensão daquela realidade e da necessidade de organização política.

As tratativas foram estratégicas, uma vez que havia a necessidade premente do COFIP e da Prefeitura do Município de Mauá/SP, em realizar tal diagnóstico junto a comunidade, portanto, para a parceria, a equipe do projeto pôde contemplar requisições como: transporte, alimentação, camisetas e crachás, materiais de apoio, bem como, relatório de intervenção do setor público e privado, quanto as medidas que respondessem as demandas da comunidade elencadas no relatório de diagnóstico.

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (ROCHA, 2007 apud SILVA, 2011, p.2).

Para o Serviço Social, a extensão universitária representa uma via privilegiada para a inserção e intervenção profissional, assim como, para a apreensão dos sujeitos em formação, pois contribui



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

com a ampliação de um processo formativo para além das demandas estritamente acadêmicas no âmbito do ensino, aproximando-as/os das necessidades e demandas da comunidade, cuja perspectiva se sustenta na construção de um conhecimento mais crítico e comprometido com a realidade social. “O contato direto com as situações vivenciadas pelas comunidades possibilita a identificação de problemas, o reconhecimento das desigualdades e a reflexão sobre as estratégias de intervenção mais adequadas” (Honorato; Santos, 2024, p.6).

A extensão universitária é uma forma de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pelas diretrizes da educação superior no Brasil. De acordo com Honorato e Santos (2024), “a integração dessas três dimensões permite que estudantes desenvolvam uma formação mais abrangente e enraizada na realidade social”, qual, conforme pontua Severino (2007) “isso não se dá apenas pela mediação do conceito, em que pese a imprescindibilidade do saber teórico sobre a dinâmica do processo e das relações políticas [...] uma nova consciência social”.

### **3. Caminhos percorridos: Extensão Polo Petroquímico- Jardim Sonia Maria, universidade e comunidade**

A relevância da atividade firmou-se na promoção de um acúmulo de ação no campo para o debate da temática socioambiental no âmbito da abordagem do Serviço Social, visto tratar-se de discussão que geralmente localiza-se nas reflexões dos setores que tratam sobre a área e enfoque do urbanismo.

A questão ambiental coloca-se como fértil campo de investigação e trabalho para o Serviço Social, pois apresenta-se enquanto expressão da questão social, situada entre o direito ao espaço sustentável e a exclusão sócio territorial.

Isto posto, é importante evidenciar que o papel do assistente social nesse âmbito é fundamental como mediador na defesa de direitos sociais, ao Intervir através da práxis e instrumentalidade profissional, a efetividade da sua ação deve estar respaldada na concepção ampliada do direito a cidade sustentável<sup>8</sup>, do acesso aos espaços urbanos, do ir e vir e do

---

<sup>8</sup> Cidade Sustentável segundo Organização das Nações Unidas (ONU)- Conforme relatório da Conferencia Habitat III são ações concretas necessárias para o estabelecimento de cidades e vilas sustentáveis para um futuro mais igualitário, inclusivo e sustentável: (i) Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, além de dar acesso aos serviços básicos para toda a população e urbanizar as favelas; (II) Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos; (III) Equilibrar, por sexo, idade, raça e deficiência, a proporção de população que tem acesso adequado a transporte público; (IV) Reduzir o impacto

vislumbrar uma “possível” apropriação do uso democrático e justo da cidade que, para Harvey (2008), o bem viver.

Aproximar a formação à extensão e especificamente a este campo pressupõe avançar frente aos desafios da ação profissional que se amparam no estabelecimento de vínculos com os sujeitos e na capacidade de articulação com as políticas públicas a serem envolvidas para o acesso ao direito e defesa da dignidade humana.

A efetivação da ação iniciou com a constituição de um comitê para a construção da proposta, dos instrumentais e acompanhamento e avaliação. O comitê foi composto por pares internos e externos à Universidade, ou seja, pela universidade participaram a direção do campus, 31 estudantes e 3 professores e pela comunidade a COFIP e lideranças comunitárias. Assim foram dois meses de ação internas na elaboração do projeto e estudos sobre a temática em questão: o direito ao meio ambiente saudável.

A escolha do território do Jardim Sonia Maria deu-se em função da possibilidade de afinamento e aproximação de uma problemática pulsante na cidade de Mauá e pouco dialogada entre os agentes envolvidos empresa, através da COFIP e moradores que sofrem as consequências dos problemas ambientais no seu espaço de residência.

É de relevante também a escolha da extensão nessa área pouco explorada pelos estudos e pela presença de profissionais do Serviço Social, área reveladora de muita tensão, mas propicia a construção de possibilidade para o enfrentamento da negação de direitos.

Entre vários desafios ao exercício da docência está colocado o nosso papel em estabelecer caminhos cotidianos para que a educação seja materializada na perspectiva e direção social da transformação social, e não reduzida à lógica do mercado e pervertida a construções conservadoras e mantenedoras do status quo.

Possibilitar e produzir conhecimento e aproximações que construam ressignificados e possibilidades para a sua formação profissional é desafio e compromisso da docência no curso de Serviço Social.

Dessa maneira, este projeto sustentou o protagonismo das(os) estudantes da Fama dado a materialização da proposta da extensão:

---

ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros; e (V) Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e com deficiência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- ✓ Na aproximação com a realidade num espaço de acolhimento e escuta de demandas das lideranças comunitárias e da COFIP- visando criar diálogo, vínculos e reflexões iniciais;
- ✓ Buscando elementos de identificação das demandas concretas expressas e vivenciadas pelos moradores do Jardim Sonia Maria- na elaboração do instrumental de visita e entrevista
- ✓ traçando o perfil do público e de seu território de moradia; decifrando os determinantes específicos quando aos impactos ambientais e à saúde- levantando dados sociais, territoriais e de saúde;
- ✓ levantando os serviços sociais existentes no território em questão, e passíveis de efetivação de proteção social- estudo de campo com apontamento de todos os serviços públicos e organizações sociais existentes;
- ✓ estudando e analisando os dados coletados;
- ✓ construindo proposta de ação para a publicização das informações e debate sobre os dados, partilhada com os agentes envolvidos;
- ✓ articulando coletivos- ações/reuniões/assembleias – para construção de propostas junto às políticas públicas diretamente afetas, a saúde e o meio ambiente, sugerindo se estratégias e caminhos.

Como procedimento metodológico propôs a construção da análise ligada à concepção e ao método da pesquisa qualitativa, modalidade que busca e propicia uma melhor aproximação e leitura da realidade, onde há uma interação entre pesquisador, campo e sujeitos pesquisados. Através dela pode-se avaliar e compreender as relações sociais que estão determinadas no contexto histórico. Segundo Martinelli, 1999, os dados na pesquisa qualitativa se dão em um contexto fluente de relações. São colhidos num processo de ida e vinda na interação com os sujeitos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2009, p.21).

Além do diálogo com os moradores, a observação no território e o estudo de bibliografia base balizaram a riqueza e a importância da ação.

#### **4. Dos resultados atingidos**

A extensão além do enriquecimento da formação, contribuindo para aguçar junto às/aos estudantes a importância da construção de conhecimento, alcançou resultados específicos construídos de forma participada no desenrolar da ação, tais como:

- Fortalecimento da ação integrada Universidade, COFIP, lideranças locais, moradores e agentes das políticas públicas de Meio Ambiente e Saúde;
- Aferição de dados relativos aos problemas ambientais ligados à poluição e pó químicos e saúde;
- Apropriação dos estudantes dos espaços de gestão pública e do seu papel no que tange ao Direito à Cidade Saudável;
- Maior conhecimento por estudantes da questão ambiental como uma expressão da questão social;
- Atendimento efetivo ao tripé ensino- pesquisa e extensão, sendo que a extensão passa a ocupar efetivo papel na formação;
- Vivência da ação extramuros, conectando o estudante e universidade ao desafio de contribuir com o território e comunidade;
- Produção de conhecimento suscitando estudantes a construírem Trabalhos de Conclusão de Curso a partir da experiência vivenciada na Extensão;
- Vivência participada na construção de projeto da ação de extensão.

## 5- CONCLUSÃO

Para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável que, com urgências e insurgências visam atenuar ou mesmo elidir os problemas globais que a humanidade enfrenta, requer mais do que uma defesa verbal, mas posicionamentos políticos, portanto, denúncias e enfrentamentos.

As determinações dos problemas sustentáveis globais são históricos e não emergem da conduta e consciência social desatrelada da ideologia vigente que é eminentemente burguesa, produto de determinantes oriundos das perversidades do modo de produção capitalista, logo, da fetichização do capital.

Apesar da compreensão que move a realidade e suas contradições, é preciso corroborar e atenuar com as respostas da natureza que, agredida, responde. Respostas que atacam,

sobretudo, a classe que vive do trabalho, percentualmente significativa e composta por pretos, pobres e periféricos.

Diante de tais cenários e contextos, cabem ações que visam intervir na realidade posta, não no sentido de convencer a população de que tais resultados drásticos, são oriundos da não consciência coletiva da preservação da vida a partir do consumo inconsciente vigente, mas defender e iluminar as compreensões de que é preciso mitigar os desastres em curso e, portanto, compreender, apreender e auferir a ideia de uma nova organização de cultura.

Por uma nova organização de cultura, entende-se o controle e participação social, comportamentos de consumos sustentáveis e, principalmente, políticas públicas efetivas. Nesse sentido, diante da cooptação do modo de ser, de viver, de relacionar, de coisificar sujeitos e enaltecer/sobrepôr o valor dos objetos, compactuando que são descartáveis, temporais e passíveis de atualizações constantes, o que remonta o aprisionamento de endividamento intermitente para acompanhar a velocidade tecnológica, é premente e factível ações que reverberam este outro lugar de posição e ação enquanto enfrentamento dos múltiplos desastres e facetadas expressões vivenciadas.

Para o fomento de uma nova consciência e de organização política e sociocultural, o ensino superior brasileiro, ao assumir sua função social que toma como precípua a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, portanto, a articulação sociedade e universidade, lhes conferem desenvolver ações, cujo mote convirjam com os objetivos de desenvolvimento sustentável, sobretudo, com informação/ação que desmistifique falácias/ardis do capitalismo.

Mesmo diante de inúmeros desafios e de uma realidade brasileira em que a educação é colocada à serviço do capital/lucro, transformada em mercadoria e condicionando estudantes em clientes, onde 87,4% das IES correspondem ao setor privado, ainda assim, precisamos enfrentar e defender a construção de espaços dialógicos, reflexivos e combativos, ou seja, a educação, por meio das premissas do ensino superior, desenvolver ações extensionistas para que o conhecimento construído no interior das academias façam sentido, alcançando a população e em reciprocidade de saberes, identificar atalhas e reconstruir a realidade na perspectiva de sua transformação social.

Contudo, o projeto de extensão Polo Petroquímico: diagnóstico de Riscos do território Sonia Maria, mesmo sendo fruto de um contexto de IES privada, foi um marco importante para a formação de novas/os assistentes sociais, para os objetivos que incutiram por cada ente parceiro,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mas, principalmente, para a comunidade que vive num território urbano e que cerca um polo industrial petroquímico, cujos efeitos, apesar de outra retórica, são devastadores para a saúde e vida.

## 6- REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios.** Cadernos ABESS, São Paulo, n. 07, p. 58-76, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 29ª Ed., Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018:** estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. Brasília, 2018.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, **Carta Mundial pelo Direito à Cidade.** 2006.

HARVEY, David. **O direito à Cidade.** Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na New Left Review, n. 53, 2008.

HONORATO, Andreia Agda Silva; SANTOS, Thiago Aranha dos. **Curricularização da extensão universitária no Serviço Social da Unioeste:** um resgate histórico crítico da política de educação no Brasil. Ponta Grossa/PR: UEPG. Revista Emancipação. V.24, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa um instigante desafio,** Ed. Veras, São Paulo, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.); DASLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 28ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. Relatório da Conferência Habitat III, Rio de Janeiro, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SILVA, Valéria. **Ensino, pesquisa e extensão:** uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória, novembro de 2011. Bases de dados Scielo. Disponível em: <http://files.gpam-unimontes.webnode.com.br/200000302-93bf4943c5/ABEM%20nacional.pdf>. Acesso em 31 jul.2024